

firmada, ao mesmo tempo, a propriedade das obras. A formulação da Lei, entretanto, deixava alguns pontos ambíguos, como, por exemplo, o Artigo 13, § 1º, que levantou muita celeuma. Rezava este Artigo ser “formalidade indispensável para entrar no gozo dos direitos de autor o registro da Biblioteca Nacional”. E o parágrafo 1º completava tratar-se de “obras... impressas, fotografadas, litografadas ou gravadas”, das quais era preciso entregar-se à Biblioteca “um exemplar em perfeito estado de conservação”. Não demorou que surgissem interpretações astuciosas que afirmavam que, não sendo a obra impressa, litografada, fotografada ou gravada, não cairia sob o domínio da lei, não podendo, conseqüentemente, ser registrada. Esta interpretação colocava em grave risco a propriedade literária, numa época em que os diversos tipos de impressão não eram tão comuns e fáceis como o são hoje. O caso mais típico era o das peças teatrais, muitas delas já suficientemente conhecidas, algumas até fartamente exibidas, mas nem sempre impressas e, conseqüentemente, sem garantia de direitos. A discussão se agravou ainda mais quando alguns teatrólogos portugueses, residentes em Portugal, e cujas peças eram exibidas no Brasil, entraram na Justiça, em defesa dos seus direitos. O advogado Inglês de Sousa, que aceitou e ganhou a causa, alegou uma convenção entre o Brasil e Portugal, e jamais denunciada, pela qual os portugueses tinham no Brasil os mesmos direitos e garantias adquiridos em sua terra. Ficavam, assim, os portugueses, em situação melhor do que os brasileiros. As “instruções”

Projecto de Regulamento
para a
Bibliotheca Nacional



Da Bibliotheca, seu fim e sua organização.

Art. 1. A Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro tem por fim colligir, conservar e expor a cultura publica e suas impressas, documentos manuscritos, estampas e peças numismáticas.

Art. 2. Como serviços diversos e sob a sua direção e registo de obras de sciencia, litteratura ou arte para garantia dos direitos de author, se permite internacionalmente, se quer a Bibliotheca servir de estagio intermediario no Brasil e a deposito dos publicos que foram destinados nas de a esse serviço e no augmento dos demais bibliothecas, publicas e privadas, mas também se permite nacionalmente.

Art. 3. A Bibliotheca sera dividida em cinco seções, a saber: 1ª, a de impressos; 2ª, a de manuscritos e cartas geograficas; 3ª, a de estampas; 4ª, a de numismáticas; 5ª, a de aquies administrativas (toda a mais das quaes primarias sera dirigida

Projeto de Regulamento para a Biblioteca Nacional em 1902. O Art. 2º determina que cabe à Biblioteca Nacional registrar as obras “de ciência, literatura ou arte para garantia dos direitos de autor”.